

A (IN)VISIBILIDADE DA CRECHE NA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO - O LUGAR DA CRIANÇA DE 0 A 3 ANOS NO CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA

THE (IN)VISIBILITY OF CRICHES IN PEDAGOGIST TRAINING - THE PLACE OF CHILDREN FROM 0 TO 3 YEARS OLD IN THE PEDAGOGY COURSE CURRICULUM

*Maria Carmem Bezerra Lima*¹

*Adalgisa Moura Silva*²

RESUMO: O debate em torno da formação de professores para a educação das crianças de 0 a 3 anos vem crescendo desde a inserção da Educação Infantil na educação básica com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394/96. O objetivo central desse estudo foi analisar os currículos do curso de Pedagogia da UESPI/Picos, de sua criação aos dias atuais, em busca da (in)visibilidade das crianças de zero a três anos na formação do pedagogo. Trata-se de uma pesquisa documental, tendo como instrumento de estudo as matrizes curriculares do curso de Pedagogia de Picos e suas ementas, de 2004 aos dias atuais. Este estudo dialoga com autores como com Brasil (1996), Barbosa (2013), Santos (2014), Simões e Garcia (2018), Brandt e Hobold (2019), dentre outros. Foram analisados o currículo 01 do PPC/2004; o 14 do PCC/2009 e o 22 do PPC/2017, ainda em vigência. Neles, analisou-se o fluxograma e as ementas das disciplinas com a denominação Educação Infantil em seus títulos. Conclui-se que há uma invisibilidade da creche na formação do pedagogo e isso pode estar relacionado com a concepção de criança e infância que permeia o imaginário dos formuladores das propostas de formação de professores, embora tenhamos um vasto arcabouço documental que coloca os bebês como sujeitos de direitos. Essa lacuna sugere que ela é fruto do histórico de dicotomias que marca a trajetória do curso o que reforça a necessidade de a UESPI debater o assunto nas reformulações futuras do currículo de Pedagogia.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo. Educação Infantil. Zero a três anos. Formação de Professores.

ABSTRACT: The debate surrounding the training of teachers for the education of children aged 0 to 3 has been growing since the insertion of Early Childhood Education in basic education with the approval of the Law of Guidelines and Bases (LBD), Law nº 9,394/96. The central objective of this study was to analyze the curricula of the Pedagogy course at UESPI/Picos, from its creation to the present day, in search of the (in)visibility of children from zero to three years old in pedagogue training. This is a documentary research, using as a study instrument the curricular matrices of the Picos Pedagogy course and its syllabi, from 2004 to the present day. This study dialogues with authors such as Brasil (1996), Barbosa (2013), Santos (2014), Simões and Garcia (2018), Brandt and Hobold (2019), among others. Curriculum 01 of PPC/2004 was analyzed; 14 of the PCC/2009 and 22 of the PPC/2017, still in force. In them, the flowchart and syllabuses of the subjects with the name Early Childhood Education in their titles were analyzed. It is concluded that there is an invisibility of the daycare center in the training of the pedagogue and this may be related to the conception of children and childhood that permeates the imagination of those formulating teacher training proposals, although we have a vast documentary framework that places babies as subjects of rights. This gap suggests that it is the result of the history of dichotomies that marks the trajectory of the course, which reinforces the need for UESPI to debate the subject in future reformulations of the Pedagogy curriculum.

¹ Universidade Estadual do Piauí. E-mail: mariacarmem@pcs.uespi.br

 <https://orcid.org/0000-0002-4172-8618>

² Universidade Estadual do Piauí. E-mail: adalgisasilva123456@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9553-5854>

• [Informações completas no final do texto](#)

KEYWORDS: Curriculum. Child Education. Zero to three years. Teacher Training.

Introdução

O debate acerca da formação de professores para atuar na Educação Infantil, sobretudo no segmento creche, que compreende a faixa etária de zero a três anos, vem evidenciando a necessidade de se romper com a concepção de viés assistencialista e de forte apelo ao instinto materno que ainda permeia o cenário educacional da primeira infância, que acaba por refletir sobre a contratação de professores sem a formação adequada para esse segmento da educação básica brasileira.

Embora a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9396, de 20 de dezembro de 1996, conforme exposto no artigo 62, admita como formação mínima para atuar na Educação Infantil a formação em nível médio na modalidade Normal Magistério, o mesmo artigo recomenda que a formação seja, preferencialmente em nível superior. Com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Pedagogia, através da Resolução nº 01, de 15 de maio de 2006, foi esse curso que assumiu a tarefa de formar o professor para essa etapa da educação básica.

A Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, tornou a oferta gratuita de educação básica a partir dos 4 anos de idade se torna obrigatória. Com isso, a pré-escola passa a ter maior visibilidade, em detrimento da creche que não goza dessa mesma condição, fato que se pode confirmar quando se verifica que a Meta 1, do Plano Nacional de Educação (PNE), decênio 2014 - 2024, no que se refere ao segmento creche está longe de ser atendida a pouco mais de um ano do final de sua vigência.

O ofuscamento da criança bem pequena e dos bebês na política educacional, além de ir na direção contrária do que diz a Constituição Federal de 1988, que reconheceu a educação como um direito subjetivo do sujeito, ratifica o processo de ocultação da infância enquanto etapa geracional e das crianças como sujeitos sociais, históricos e de direitos e isso se reflete nos currículos dos cursos de formação de professores para atuar na primeira infância.

Disso resulta a necessidade de se colocar em discussão o currículo dos cursos de Pedagogia, visto que é finalidade do curso, também, formar professores para atuar na Educação Infantil. Partindo dessa compreensão, questiona-se: qual o lugar das crianças de

zero a três anos nos currículos do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI)?

O presente estudo tem como objetivo geral analisar os currículos do curso de Pedagogia da UESPI, da criação do curso aos dias atuais, em busca da (in)visibilidade das crianças de zero a três anos na formação do pedagogo. Para tanto, elencou-se como objetivos específicos: apontar relações de continuidade e de mudança entre o currículo do curso de Pedagogia e as Leis de Diretrizes e Bases da educação e outras normativas legais de cada época no que se refere à primeira infância; verificar em que medida os componentes curriculares favoreciam a formação do pedagogo para atuar com bebês e crianças bem pequenas³; identificar os componentes curriculares que tratam da Educação Infantil com foco na creche nos currículos adotados pela UESPI até aqui.

O interesse pela temática decorre da necessidade de se investigar a atenção dada às crianças de zero a três anos nos currículos do curso de Pedagogia da UESPI e pela falta de estudos em torno desse documento de fundamental importância para a formação do professor, o que lhe confere o quesito de originalidade. Mas, também, por entender que se o reconhecimento da criança enquanto sujeito de direitos ocorreu de forma tardia, urge pesquisas que coloquem em debate a questão, mostrando assim a relevância social da pesquisa.

Ademais esse estudo contribui para ampliar e aprofundar os conhecimentos em torno dos bebês e chamar atenção para as lacunas existentes acerca da temática no âmbito acadêmico demonstrando, assim, sua relevância científica.

Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental feita no âmbito de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que buscou analisar os currículos do curso de Pedagogia da UESPI, a partir dos projetos Pedagógicos do Curso de Pedagogia (PPC), situando neles as disciplinas voltadas para a formação do Pedagogo que contemplem as crianças de zero a três anos. Na tessitura teórica, fundamentou-se nos diálogos com Brasil (1996), Barbosa (2013), Santos (2014), Simões e Garcia (2018), Brandt e Hobold (2019), entre outros.

Este artigo apresenta inicialmente uma introdução onde se faz uma breve apresentação da temática; em seguida vem o referencial teórico onde se dialoga com

³ Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) é a nomenclatura adotada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), da Educação Infantil.

diversos autores; na sequência, apresenta-se a metodologia que é seguida pelos resultados e, por fim, as considerações finais.

Bebês e crianças bem pequenas: onde estão na formação do pedagogo?

O reconhecimento das crianças como sujeitos sociais, históricos e de direitos no Brasil é um advento da modernidade, pois a creche só foi reconhecida como um direito social da criança na CF/88 e reafirmada com a inserção da Educação Infantil como primeira etapa da educação básica na LDB/96, o que significava dizer que o caráter assistencialista que marcou historicamente o atendimento à primeira infância, passava a ser de caráter educacional.

No entanto, a concepção do direito a uma instituição educacional para as crianças de zero a três anos ainda não é partilhada por todos, mesmo após pesquisas sobre a temática demonstrarem sua importância para o pleno desenvolvimento das crianças nessa faixa etária. Portanto, ainda existe uma grande carência, uma ocultação por parte da sociedade desta etapa geracional que precisa ser superada. Por isso, se faz necessário emancipar “a infância como objeto teórico e interpretar as crianças como seres sociais plenos, dotados de capacidade de ação e culturalmente criativos” (Sarmiento, 2005, p. 374).

É certo que as transformações sociais e econômicas tiveram grande impacto no modo de ver e entender as crianças que resultou em uma nova concepção de infância e na necessidade de criação de um local de atendimento educacional destinado às crianças pequenas. Essas modificações abriram espaço para a necessidade de um profissional responsável para assumir essa função: o pedagogo.

A formação e o currículo empregados no curso de Pedagogia ganham maior notoriedade com a aprovação da Resolução CNE/CP n° 1, de 15 de maio de 2006, que definiu as DCN para o curso, as quais determinam a necessidade da oferta da formação inicial para a prática da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Isso está posto no Art. 4º da referida Resolução, a qual estabelece que:

O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006, p. 2).

Essa questão nos leva a refletir sobre qual o lugar das crianças de zero a três anos nos currículos dos cursos de formação de pedagogos, bem como indica a necessidade de se dar maior visibilidade a essa faixa etária nestes currículos e, consecutivamente, na formação dos professores para atuarem com bebês e crianças bem pequenas. Uma tarefa complexa, já que o curso assumiu para si a responsabilidade de formar um profissional polivalente, o que torna as matrizes curriculares muito diversificadas, fazendo com que a formação para as crianças de zero a três anos se torne mais obscurecida, como afirma Garcia (2019, p. 99), ao dizer que

As diferenças e os desenhos curriculares são múltiplos, mas a formação para a docência com os bebês e as crianças pequenas aparece especialmente fragilizada quando se consideram nas matrizes as disciplinas e os saberes que tratam especificamente sobre esses sujeitos e suas particularidades sociais, históricas, culturais, psicológicas, etc.

O lugar periférico que os bebês e as crianças bem pequenas ocupam nos debates em torno das questões curriculares faz com que esse público seja pouco trabalhado nas atividades dos cursos de formação de professores, no caso o curso de Pedagogia, fragilizando assim, a formação para atuar com esta faixa etária.

Desse modo,

O tratamento genérico e superficial das questões relativas a esses sujeitos pedagógicos, sem referências mais específicas à cultura desses sujeitos, às faixas de desenvolvimento ou às demandas educacionais específicas a cada uma dessas faixas etárias, não contribui para pensar a potência da vida coletiva que é a escola de Educação Infantil, especialmente as potencialidades educativas com os bebês e as crianças bem pequenas (SIMÕES; GARCIA, 2018, p. 100).

Refletir sobre essa temática na formação docente pode contribuir para a melhoria da educação e cuidados para com os bebês e as crianças bem pequenas, assim como pode também, possibilitar um espaço para repensar a própria formação, respeitando as especificidades de cada etapa da Educação Infantil, oferecendo ao professor a formação adequada para assim romper com a ideia de que para trabalhar nessa etapa não se faz necessário uma qualificação profissional adequada.

O Curso de Pedagogia da UESPI: origem e trajetórias

A origem do curso de Pedagogia da UESPI perpassa a própria história da instituição. A UESPI foi fundada no ano de 1984 vinculada ao Centro de Ensino Superior (CESP) e mantida pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí

(FADEP), instituída pela Lei Estadual n° 3.967 de 16 de novembro de 1984 e pelo Decreto Estadual 6.096/1984 (UESPI, 2017) e em 1986, o curso de Pedagogia/Magistério foi ofertado no primeiro vestibular realizado pela instituição, conforme o exposto:

Em 1986, o CESP realizou o primeiro vestibular, com a oferta de 240 vagas distribuídas nos cursos de Licenciatura em Pedagogia/Magistério, Licenciatura em Ciências/Biologia, Licenciatura em Ciências/Matemática, Licenciatura em Letras/Português, Licenciatura em Letras-Inglês e Bacharelado em Administração de Empresas. Do total de vagas ofertadas, apenas os referentes ao curso de Bacharelado em Administração de Empresas eram voltados à população em geral. As demais eram direcionadas a professores da educação básica (UESPI/PDI, 2017, p. 9).

Como um dos cursos de licenciatura ofertados pela UESPI, o curso de Pedagogia tinha como objetivo qualificar os professores em nível superior, pois boa parte desses, mesmo com formação apenas em nível médio, já atuavam nas escolas municipais e estaduais (Sousa, 2018). A motivação para a oferta desses cursos de formação de professores deu-se em virtude das exigências da LDB/96 que instituiu que “a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades” (Brasil, 1996, s/p). Buscando atender a essas exigências, surgem os cursos da UESPI, incluindo o curso de Pedagogia/Magistério.

Com a aprovação da Resolução CNE/CP n° 1, de 30/09/1999, foram criados os Institutos Superiores de Educação (ISE) e com o Decreto n° 3.276, de 6 de dezembro de 1999, foi instituído o Curso Normal Superior. A partir do ano de 2001, a UESPI ofertou no Centro de Ciências da Educação (CCE), o Curso de Pedagogia com Habilitação em Supervisão Educacional para formação de técnicos da educação e o Curso de Normal Superior, objetivando a formação de professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil, antes mesmo da aprovação das DCN do curso de Pedagogia, em 2006, onde foram explicitadas as finalidades do curso.

Marcado por dicotomias, o curso de Pedagogia da UESPI ao tentar acompanhar e adequar-se aos marcos legais definidos, gerava dúvida de qual era realmente a formação oferecida, tanto que chegou a um momento em que na referida instituição, passou a coexistir três destinações formativas para o curso:

[...] a implementação de modificações no Curso de Pedagogia da UESPI, feitas de forma igualmente precipitada resultando na criação do Curso Normal Superior, para suprir a demanda por profissional docente, e o curso de Pedagogia com as

Habilitações de Supervisão e Administração Educacional, para formar gestores e supervisores educacionais. A concepção presente nesta medida, ia de encontro ao defendido historicamente pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE e gerou internamente uma série de discussões e posicionamentos diversos acerca do perfil e campo de atuação do pedagogo formado na UESPI, sobretudo, porque estes dois novos cursos passaram a coexistir com as turmas remanescentes do projeto original de Pedagogia, ou seja, passou a existir na mesma Instituição três tipos de curso destinados à formação de profissionais para a educação (UESPI, 2004, p. s/p).

Esta indefinição formativa que acompanha a história do curso gera uma crise de identidade no profissional pedagogo. Em virtude dessa dicotomia, foram surgindo insatisfações nos alunos do curso da UESPI, que contribuíram para o desencadeamento de um processo de reivindicações por um currículo com uma definição formativa mais clara, resultando na criação do currículo de 2004 que teve vigência até o ano de 2009 (UESPI, 2004). Quando novas disciplinas foram implementadas ao currículo no semestre de 2010.1, as reformulações “não alteram a concepção de curso construída e aprovada em 2004, apenas inclui algumas disciplinas reivindicadas, altera carga horária e reposiciona outras” (UESPI, 2009, s/p). Seguindo a mesma lógica, em 2017, houve outra mudança curricular apenas para o reposicionamento e as alterações de algumas disciplinas.

Em suma, as três mudanças ocorridas no currículo do curso de Pedagogia têm como traço comum o fato de alterarem apenas as denominações e a carga horária das disciplinas, ou ainda, de somente reposicionarem as mesmas e manterem os bebês e crianças bem pequenas no anonimato.

Metodologia

A metodologia trata das diversas formas possíveis de desenvolver uma pesquisa a fim de alcançar os resultados pretendidos. Para os fins desse estudo, optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa que é aquela que

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2010, p. 21).

Quanto à técnica empregada para o levantamento dos dados, no presente estudo utilizou-se a pesquisa documental, por entender que é a que atende aos propósitos desse estudo. Essa técnica, conforme afirma Gil (2002, p. 88),

Vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc. [...] O conceito de documento, por sua vez, é bastante amplo, já que este pode ser constituído por qualquer objeto capaz de comprovar algum fato ou acontecimento.

Embora esse estudo trate de uma pesquisa documental, ele se situa num tempo e num espaço. Assim, o cenário envolvido foi o da UESPI, universidade de natureza multicampi, visto que ela tem Campus em diferentes municípios piauienses, tomando-se como referência o Campus Professor Barros Araújo, localizado na cidade de Picos. Acrescenta-se que embora a UESPI esteja presente em diferentes territórios piauienses, ela não apresenta uma Matriz Curricular única.

Para fins desse estudo, foram utilizados os documentos Matrizes Curriculares e, como eles se situam num tempo, interessa saber o tratamento dado à questão central que move essa pesquisa, especialmente no contexto pós-LDB 9394/96 pois, foi a partir de então, que a Educação Infantil passou a integrar a educação básica e, portanto, a ter um tratamento educacional e não mais assistencialista.

Primeiramente, realizou-se um levantamento para identificar quantas matrizes curriculares o curso de Pedagogia do Campus de Picos já teve desde a sua criação, que se deu por meio da Resolução CONSUN nº 026, de 24 de abril de 2003 e implementação em 2004, com a realização de vestibular, até os dias atuais. Na sequência, foram solicitados esses documentos à coordenação local do curso, a fim de analisar seus fluxogramas objetivando identificar os componentes curriculares que abordavam a Educação Infantil, especificamente as creches.

De posse desses documentos, fez-se análises das continuidades e mudanças nas Matrizes Curriculares adotadas desde a criação do curso de Pedagogia do Campus de Picos, em 2004, aos dias atuais, relacionando-as com as normativas legais de cada época.

Por fim, as análises foram concentradas nas Matrizes Curriculares e suas ementas, a fim de buscar respostas para a questão central desse estudo, a partir dos descritores: “bebês”, “zero a três anos”, “zero a cinco anos”, “crianças pequenas”, “creche” e “maternal”.

Resultados

Os dados apresentados, a seguir, mostram os resultados da pesquisa depois de analisados os três currículos da UESPI, Campus de Picos, onde buscou verificar-se a presença ou não das crianças de zero a três anos nesses currículos.

Os Projetos Pedagógicos do Curso de Pedagogia da UESPI/Picos e suas Matrizes Curriculares

Para a construção da presente pesquisa, foram analisados três PPCs do curso de Pedagogia, com intuito de localizarmos a presença ou não das crianças de zero a três anos de idade nesses currículos e nas disciplinas voltadas para a Educação Infantil, pois como corrobora Simões e Garcia (2018, p. 95),

Currículo não é somente a grade disciplinar. Como invenção e construção histórica, o currículo institui uma cultura organizacional do quê, do para quê e do como ensinar, tendo uma dimensão como texto escrito e como discurso, ou seja, como prática social.

Levando-se em conta esta concepção de currículo, iniciamos o processo de busca e localização dos documentos para a análise de dados, a qual ocorreu de duas formas: solicitando à coordenação do curso de Pedagogia do Campus de Picos-PI e de buscas no site da universidade. Logo após, foi realizada uma leitura dos PPC a fim de analisar seus fluxogramas, visando identificar os componentes curriculares que abordam a Educação Infantil, especificamente das creches.

Para facilitar o entendimento e visualização da organização das Matrizes Curriculares da UESPI/Picos, optou-se pela elaboração de um quadro demonstrativo, conforme exposto a seguir.

Quadro 1. Matrizes curriculares analisadas

	Currículo 1	Currículo 14	Currículo 22 (Atual)
Ano	2004	2009	2017
Área de Formação	Docência da Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e Gestão educacional	Docência da Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Gestão do Trabalho Pedagógico.	Processos escolares (Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Gestão) e processos não-escolares.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Criado em 1986, o curso de Pedagogia da UESPI tinha como objetivo formar professores, por isso, a docência era a centralidade do curso. Em 2001, contudo, isso mudou, pois a UESPI passou a ofertar dois cursos: o Curso de Pedagogia com Habilitação em Supervisão Educacional e para formação de técnicos da educação e o Curso Normal Superior responsável pela formação de professores para as Séries Iniciais do Ensino

Fundamental e Educação Infantil, dando cumprimento à Resolução CNE/CP nº 1, de 30/09/1999, e ao Decreto nº 3.276, de 06/12/1999, ambos tratando do Curso Normal Superior. No entanto, essas mudanças não agradaram aos alunos dos dois cursos, que insatisfeitos em relação à sua formação e possível inserção no mercado de trabalho, se mobilizaram e reivindicaram da UESPI uma revisão de sua proposta de formação (UESPI, 2009).

Assim, a UESPI, acompanhando a dinâmica dos debates em escala nacional acerca da formação docente, após um longo processo de discussão envolvendo representantes da comunidade acadêmica, aprovou para a partir do primeiro semestre de 2004, ofertar um curso de Pedagogia que formasse o graduando para atuação na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, tendo como eixo a Gestão Educacional.

No que se refere ao Campus de Picos, enquanto ocorriam as discussões em torno das mudanças pelas quais o curso de Pedagogia deveria passar, funcionava apenas o Curso de Licenciatura Plena em Normal Superior. Diante das mudanças que estavam a caminho, após consulta feita aos alunos deste curso, houve concordância em migrarem para o curso de Pedagogia, a partir do primeiro semestre de 2004. Para tanto, teriam que cursar um semestre letivo de transição para se adequarem ao novo currículo, no caso, o de Pedagogia que passou a ser ofertado, em Picos, portanto, a partir de 2004.

Em 2009, para se adequar as DCN instituídas através da Resolução CNE/CP nº 1/2006 e, diante da insatisfação de alunos e professores frente à crise de identidade do curso que produziu além de um mal-estar na comunidade acadêmica, um desgaste de sua imagem frente à sociedade, o PPC do curso de Pedagogia de Picos também foi reformulado.

O fato é que o curso de Pedagogia ao passar por outra reformulação do seu currículo acabou evidenciando que “as DCNP provocaram impactos significativos na formação dos pedagogos e nos currículos dos cursos” (Borges, 2019, p. 393) e, conseqüentemente, foram ressignificando a identidade do pedagogo.

Com a aprovação da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, as quais definiram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e ainda para a formação continuada para professores da educação básica, logo foi necessária uma readequação dos currículos das licenciaturas a esse novo marco legal. Assim, o currículo do curso de Pedagogia da UESPI passa por outra reformulação, no ano

de 2017, como demonstrado no Quadro 1. Observa-se que as modificações realizadas no currículo do curso pós LDB/96 ocorreram em virtude dos constantes marcos legais que foram surgindo. Sobre isso, Brandt e Hobold (2019, p. 8) afirmam que

As políticas de formação dos profissionais de educação emanadas dos agentes políticos influenciam diretamente a elaboração dos currículos e das diretrizes dos cursos de formação inicial de professores, muitas vezes criadas para corresponder às demandas originadas pelo modelo atual da sociedade capitalista.

Em busca de atender às demandas sociais, o curso de Pedagogia vai se moldando, sendo construído e realinhado, enfim, sendo transformado em um leque de possibilidades frente às demandas sociais e à dinâmica do mundo moderno, bem como tendo que se ajustar às concepções de infância e de criança que as pesquisas educacionais revelavam.

O lugar da criança de zero a três anos nos currículos do curso de Pedagogia da UESPI

Como o propósito desse estudo é analisar a presença ou não das crianças de zero a três anos nos PPCs, nas matrizes curriculares e ementas do curso de Pedagogia da UESPI, Campus de Picos-PI, foram utilizados como descritores de buscas os seguintes termos: “bebês”, “zero a três anos”, “zero a cinco anos”, “crianças pequenas”, “creche” e “maternal”. Justifica-se a presença do descritor “zero a cinco anos” que está fora do escopo da pesquisa, por abranger a pré-escola, apenas para mostrar como o fato desta ser obrigatória, confere-lhe lugar no currículo do curso de Pedagogia. O quadro abaixo ilustra o número de vezes que cada termo foi citado nos documentos analisados.

Quadro 2. Descritores pesquisados nos PPCs e Matrizes Curriculares

Termos	PPC- Currículo 1	PPC - Currículo 14	PPC- Currículo 22
Bebês	0	0	0
0 a 3 anos	1	1	0
Crianças pequenas	0	0	0
Creche	0	0	1
Maternal	0	0	0
0 a 5 anos	1	1	1

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

No Quadro 2, é possível identificar que os termos bebês, crianças pequenas e maternal não aparecem em nenhum dos PPCs, matrizes e ementas analisados, já a palavra creche foi citada apenas uma vez no currículo 22, enquanto o termo zero a três anos aparece apenas uma vez nos currículos 1 e 14 e o termo zero a cinco anos, que também

aparece uma vez nos três documentos: o currículo 1, 14 e o 22, confirmando o peso que a pré-escola exerce nos documentos legais por ser etapa obrigatória.

A partir da observação dos dados apresentados no Quadro 2, verificou-se que a presença de termos relacionados à formação do Pedagogo para o trabalho com crianças de zero a três anos, é pouco abordada nas matrizes curriculares e nos PPCs analisados. Observa-se que apesar das conquistas das últimas décadas em torno da Educação Infantil, especificamente da creche, como por exemplo, sua inclusão na política de financiamento, é notório que esta etapa da educação básica ainda possui pouca visibilidade na formação do pedagogo. Precisa-se, portanto, avançar nesse quesito, no sentido de fortalecer as políticas públicas de formação. Por isso há a necessidade de mais estudos como este, que tenham como objetivo dar evidência a esta etapa fundamental no processo de desenvolvimento da criança. Isso perpassa pelo reconhecimento de que

[...] a capacitação para a docência de bebês e crianças pequenas, que exige um professor apto para realizar articulações das experiências vividas pela criança dentro e fora da escola, atrelada à valorização das diferentes linguagens da criança. Para a efetivação desse profissional, capaz de ampliar as possibilidades de aprendizagens e de desenvolvimento das crianças de zero a cinco anos, é necessário que, durante o seu processo de formação inicial, esse professor tenha aprendido conhecimentos teórico-práticos a respeito da criança e dos eixos norteadores do currículo da Educação Infantil, que são as interações e brincadeiras (BORGES, 2019, p. 394).

Um dos desafios enfrentados pelo curso de Pedagogia é o de dar conta de uma formação polivalente, sem perder de vista a especificidade da Educação Infantil, especificamente a creche, que acaba ficando ofuscada justamente pelo fato já debatido, ou seja, que essa etapa não tem cunho obrigatório, como tem a pré-escola.

Pelas análises realizadas nas ementas e PPCs, verificou-se que a formação para esta etapa da Educação Infantil ainda ocorre de forma tímida ou praticamente invisível, pois as menções feitas à formação destinada à creche foram enfatizadas apenas nas ementas dos currículos 1 (2004) e 14 (2009), na disciplina de Prática Pedagógica na Educação Infantil, na sugestão de “Atividade de co-regência, dinâmica das salas de 0 a 3 anos e 4 a 6 anos” (UESPI, 2004, s/p). Nos três currículos 1 (2004), 14 (2009) e 22 (2017), na mesma disciplina, são citadas as crianças de zero a cinco anos, mostrando que embora a creche esteja incluída nesse recorte temporal, é a pré-escola que é notada, tanto que a palavra creche só aparece uma vez no PPC de 2017, quando é citada como uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), o que leva-se a inferir que o currículo da UESPI carece

de maior aprofundamento nesse quesito, com intuito de dar visibilidade às crianças de zero a três anos, visto que prevalece um tratamento insuficiente. De acordo com Simões e Garcia (2018, p. 100),

O tratamento genérico e superficial das questões relativas a esses sujeitos pedagógicos, sem referências mais específicas à cultura desses sujeitos, às faixas de desenvolvimento ou às demandas educacionais específicas a cada uma dessas faixas etárias, não contribui para pensar a potência da vida coletiva que é a escola de Educação Infantil, especialmente as potencialidades educativas com os bebês e as crianças bem pequenas. Essa ausência reafirma a ideia de que para trabalhar na creche não é necessária formação específica, reatualizando o imaginário de que para trabalhar com os bebês e as crianças pequenas basta ser mulher e saber lidar com a troca de fraldas, o banho, a alimentação, a higiene ou o soninho das crianças pequenas, separando, assim, o cuidado e a educação desses sujeitos.

É preciso romper urgentemente, com a ideia de que as crianças podem ser educadas de qualquer maneira. Para tanto, torna-se primordial uma formação destinada a esta etapa da vida, pois as crianças são sujeitos históricos de direitos, sendo a educação um direito fundamental. Disso decorre a necessidade de se propor discussões e intervenções que rompam com a visão adultocêntrica sobre as crianças, em que são os adultos que decidem sem a escuta, sem dar voz a elas.

Isso perpassa pela formação do pedagogo para que possam estar preparados desde de sua formação inicial para atender a este público, que deve ser complementada pela formação continuada, pois como afirma Santos (2014, p. 06),

Para ampliar e aprofundar os conhecimentos sobre quem é o bebê e que práticas pedagógicas são adequadas, acredito que a formação, inicial e continuada, é um dos pilares estruturantes para o exercício qualificado da docência na Educação Infantil. Penso que sem uma formação específica para Educação Infantil, pautada em conhecimentos teórico-práticos, de caráter interdisciplinar e contextualizado, a prática pedagógica nos berçários pode se transformar em um ato meramente de cuidado, descaracterizando e fragilizando a função docente na Educação Infantil e diminuindo as experiências dos bebês com as diferentes linguagens.

É necessário repensar os modelos de formação inicial de modo a romper com a ocultação da criança de zero a três, bem como investir em políticas de formação continuada para suprir, não só lacunas deixadas pela formação inicial, mas também para acompanhar a dinâmica da política educacional e o conhecimento produzido pelas pesquisas na área da primeira infância. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) alertam para os perigos da falta de conhecimento em torno do desenvolvimento de cada fase da criança ao reconhecer

A relevância das investigações sobre as especificidades de como crianças aprendem nas diversas etapas de desenvolvimento, especialmente as de zero a três anos em espaços que não os da família. A aprendizagem dessas crianças difere daquelas entre 7 e 10 anos; elas se manifestam por meio de linguagens próprias à faixa etária, e em decorrência há especificidades nos modos como aprendem. Estudos vêm demonstrando que o desconhecimento dessas particularidades, entre outras, tem gerado procedimentos impróprios e até de violência às linguagens e necessidades do educando (BRASIL, 2009, p. 13).

Assim, torna-se imprescindível reconhecer as especificidades deste público, como demonstra Barbosa (2013, p. 30) ao afirmar que:

As características dos bebês exigem que o dia-a-dia seja muito bem planejado, pois há um grande dinamismo e diversidade no grupo. Enquanto duas crianças dormem, uma quer comer, outra brinca ou lê em seus livros-brinquedos e outro bebê precisa ser trocado. Toda essa diversidade, em uma situação de dependência, exige atenção permanente do adulto à segurança das crianças, através de um conjunto de fatores ambientais e relacionais, para efetivamente dar conta das suas singularidades. A criação de espaços pedagógicos, de materiais e a construção de situações didáticas que desafiem e contribuam para o desenvolvimento das crianças exige preparo, conhecimento e disponibilidade das professoras.

Isso demonstra a importância do aprofundamento e debate desse assunto no âmbito dos cursos de Pedagogia que é quem forma o professor para atuar na Educação Infantil a fim de superar a visão genérica e abrindo espaço para tratar especificidades dos bebês e das crianças bem pequenas.

A fim de se fazer um levantamento nas matrizes curriculares do curso de Pedagogia de Picos, desde o primeiro currículo adotado até o atualmente em uso, com o objetivo de identificar as disciplinas que tratam da Educação Infantil e nestas verificar por meio de suas ementas, se há alguma menção relativa aos bebês, verificou-se o exposto no Quadro 4, abaixo.

Quadro 3. Disciplinas e ementas relacionadas à educação infantil do curso de Pedagogia da UESPI/Picos

PPC- CURRÍCULO 1 - 2004
CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL I – (60h) EMENTA: Fundamentação política, econômica, legal e social da educação infantil: diretrizes político-pedagógicas e normas de funcionamento para as instituições de educação infantil; o profissional da educação infantil: identidade e formação.
CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL II – (60h) EMENTA: Referenciais curriculares da educação infantil; análise de propostas curriculares para educação infantil: construção do projeto pedagógico; organização do espaço físico; acompanhamento e avaliação de propostas curriculares e ação de coordenação pedagógica da educação infantil.
PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO INFANTIL – (200h) EMENTA: Análise das ações pedagógicas e suas determinações. Instrumentos orientadores que justifiquem a prática pedagógica na educação infantil. Proposta, planos e projetos em educação

infantil. Elaboração da proposta de trabalho, Execução, Balanço crítico da proposta desenvolvida observando a inter-relação teoria e prática. Socialização da experiência. Trabalho final.
PPC- CURRÍCULO 14 - 2009
CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL I – (60h) EMENTA: Fundamentação política, econômica, legal e social da educação infantil: diretrizes político-pedagógicas e normas de funcionamento para as instituições de educação infantil; o profissional da educação infantil: identidade e formação.
CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL II – (60h) EMENTA: Referenciais curriculares da educação infantil; análise de propostas curriculares para educação infantil: construção do projeto pedagógico; organização do espaço físico Acompanhamento e avaliação de propostas curriculares e ação de coordenação pedagógica da educação infantil.
PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO INFANTIL – (200h) EMENTA: Análise das ações pedagógicas e suas determinações. Instrumentos orientadores que justifiquem a prática pedagógica na educação infantil. Proposta, planos e projetos em educação infantil. Elaboração da proposta de trabalho, Execução, Balanço crítico da proposta desenvolvida observando a inter-relação teoria e prática. Socialização da experiência. Trabalho final.
PPC- CURRÍCULO 22 - 2017
EDUCAÇÃO INFANTIL - (60) EMENTA: Antecedentes históricos da educação infantil. As funções e as correntes pedagógicas da educação infantil atendida no contexto brasileiro. Políticas contemporâneas de atendimento à infância. O compromisso político e social da educação infantil. Os direitos da criança e do adolescente – ECA
CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – (60 + 15) EMENTA: Referenciais curriculares nacionais da educação infantil. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Análise de propostas curriculares para educação infantil. Organização do espaço e tempo na educação infantil. Aprendizagem na educação infantil. Projeto de intervenção pedagógica. Acompanhamento e avaliação de propostas curriculares.
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL – (150) EMENTA: Ações pedagógicas e suas determinações na prática da educação infantil. Instrumentos orientadores para a docência na educação infantil. Prática docente na educação infantil. Socialização da experiência vivenciada no estágio

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Podemos observar no Quadro 3 que as ementas das disciplinas relacionadas à Educação Infantil, nos Currículos 1 e 14, são praticamente as mesmas ementas nas disciplinas de Currículo da Educação infantil I e II e nas disciplinas de Prática Pedagógica no Ensino Infantil, fato que evidencia o lugar secundário que a Educação Infantil tem no curso de Pedagogia da UESPI. Numa carga horária de um total de 3.380 horas, contemplando 48 disciplinas (47 obrigatórias e 1 opcional) atualmente, destina apenas 285h para a Educação Infantil, distribuídas entre as disciplinas Educação Infantil (60h), Currículo da Educação Infantil (60 + 15) e Estágio Supervisionado na Educação Infantil (150h). Se as DCN do curso que têm caráter mandatório dizem que o curso forma professores para atuar na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, o que justifica essa invisibilidade da primeira infância, especialmente os bebês, no currículo do curso?

Responder a essa pergunta remete, certamente, para a necessidade de desenvolver pesquisas sobre o assunto, mas algumas hipóteses podem ser levantadas. Por exemplo, as próprias concepções de criança e infância que ainda permeiam o imaginário, inclusive de quem gerencia as políticas educacionais e de quem forma os professores, as quais já foram bastante mencionadas ao longo do texto; a confusão conceitual em torno dos termos “ensino” e “educação”, usando os dois tanto no currículo de 2004 quanto no de 2009 para denominar disciplinas diferentes para essa etapa da educação, sendo duas delas nomeadas com o termo “educação”, no caso Currículo da Educação Infantil I e II e outra nomeada de Prática Pedagógica no Ensino Infantil. Isso só foi revisto quando da implantação do currículo de 2017. Ou seja, por quase uma década e meia os dois termos coabitaram um mesmo currículo, mesmo não havendo em nenhum documento que compõe o vasto acervo de marcos legais que tratam da Educação Infantil, qualquer menção a “ensino infantil” ao invés de “educação infantil”.

A crítica ao uso do termo “ensino” ao invés de “educação” é porque existe entre ambos uma diferença basilar. Como nos explica Spohr (2006, s/p), “o ensino, que é instrução, se dirige ao intelecto e o enriquece. A educação visa os sentimentos e os põe sob o controle da vontade”. Ou seja, enquanto o primeiro diz respeito ao ensino de conteúdos, à transmissão de conhecimentos, o segundo vai além disso, pois inclui valores e atitudes a fim de formar o sujeito em sua totalidade.

O conceito de educação está em consonância com o Art. 29 da LDB/96 que diz que a finalidade da Educação Infantil é “o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Brasil, 1996, s/p)

Portanto, a expressão ensino está muito imbrincada com o modelo escolar pautado na instrução, no predomínio do aspecto cognitivo em detrimento das demais dimensões também necessárias ao desenvolvimento pleno da criança. Assim sendo, ao transpor esse termo para as instituições de Educação Infantil, junto com ele vem as ideias de fazer dessa etapa da educação uma espécie de preparatório para o Ensino Fundamental.

Uma outra questão a considerar para a análise do Quadro 3 é que, embora nos três currículos adotados até aqui, tenham sido mantidas a mesma quantidade de disciplinas, houve um encolhimento da carga horária reservada para a Educação Infantil, passando de

320h nos currículos 1 (2004) e 14 (2009), para 275h no currículo 22 (2017) que é o atualmente utilizado. Isso representa uma perda de 45h.

Essa redução deve-se ao atendimento da exigência das DCN de Pedagogia, que delimitaram 300h de estágio supervisionado, contemplando Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental e o currículo em vigência da UESPI, na época, excedia esse limite. No entanto, apesar do reconhecimento da necessidade de cumprimento das exigências legais, não houve, em contrapartida, iniciativas no sentido de não achatá-lo, no cômputo final, a carga horária destinada a Educação Infantil.

Observa-se, também, que no currículo 22, atualmente em vigência, já ocorreram modificações nas ementas, assim como a criação de uma disciplina específica denominada Educação Infantil e ainda o emprego do termo “educação” em outras duas disciplinas para denominá-las – Currículo da Educação Infantil e Estágio Supervisionado em Educação Infantil, o que reflete a tentativa do curso em adequar-se às demandas e normativas legais que consideram as instituições de Educação Infantil um lugar de interações, de aprendizagens, de socialização e deve ser respeitado e entendido como tal, a começar pelos cursos de formação de professores.

Compreendemos que defender as especificidades das crianças da creche, na formação do pedagogo passa muitas vezes pelo campo de disputas entre perspectivas que vão da visão instrumental sobre educação da primeira infância, pautada na teoria do capital humano, de viés economicista e neoliberal, patenteada pelas agências multilaterais, a uma visão sob a ótica do direito que se situa na perspectiva dos direitos humanos. No entanto, há entre elas um vasto interposto de posições encampado por movimentos da sociedade civil organizada, dos grupos de pesquisas e outros interessados em discutir as implicações no interior das escolas de educação dessa lógica escolarizante, discutindo, inclusive, o próprio sentido da educação. É nessa segunda perspectiva que se situa a concepção de criança e infância defendidas nos marcos legais brasileiros construídos até o presente momento.

Considerações Finais

Apesar de a Educação Infantil ser um dos eixos de formação propostos pelos PPC dos cursos de Pedagogia da UESPI/Picos, ainda há pouco lugar para essa etapa da educação básica no currículo do curso, visto que existem somente três disciplinas a ela

diretamente relacionadas, demonstrando, assim, uma desproporcionalidade, haja vista que isso corresponde a 8,4% da carga horária total do curso que é 3.380h.

Mesmo denominando as poucas disciplinas ofertadas, incluindo a expressão Educação Infantil em seus títulos, isso não garantiu, na prática, lugar para os bebês e as crianças bem pequenas. As próprias ementas mostraram isso, não fazendo nenhuma menção direta a esse público, ficando, portanto, à mercê da iniciativa do professor em incluí-los nas disciplinas que ministram.

Do ponto de vista prático, os bebês e as crianças bem pequenas não recebem a mesma atenção na disciplina Estágio supervisionado na Educação Infantil, por exemplo, e em outras disciplinas que têm carga horária prática, ainda que na denominação destas, não mencionem essa etapa da educação básica. Há que se reconhecer, contudo, que é quase inexistente a oferta de vagas para bebês e crianças bem pequenas na rede pública municipal de Picos e, quando esta ocorre, contempla apenas o público entre dois e três anos, o que corresponde às turmas de maternal e maternalzinho, respectivamente.

Olhando para a realidade local, é importante destacar que, apesar de ser grande a demanda por creches, ainda é baixa a oferta desses espaços destinados às crianças de zero a três anos na cidade de Picos, especialmente o berçário, que contempla os bebês de zero a um ano e seis meses. Essa realidade, favorece a falta de cobrança por profissionais qualificados para atuar nas creches, ao tempo em que a universidade, do ponto de vista teórico e prático, se distancia da tarefa de dar visibilidade aos bebês e crianças bem pequenas, contribuindo assim, com a continuidade desse silenciamento e corroborando a invisibilidade desse público num curso que tem a tarefa de formar professores para essa etapa da educação.

Portanto, se o curso de Pedagogia tem como um de seus eixos principais preparar o profissional para lidar com as aprendizagens e desenvolvimento da criança e suas infâncias, precisa fazer com que, de direito e de fato, o público de zero a três anos tenha lugar no seu currículo, compreendendo que o fato de a creche não ser obrigatória, mas uma opção da família, não retira da universidade a responsabilidade de colocá-la na pauta de formação dos professores. Até porque, na prática, ela não é uma questão de escolha para milhões de famílias de baixa renda, mas a única opção que lhes resta para permitir suprir outras necessidades como a de trabalho e emprego, por exemplo, pois não têm com quem deixar seus filhos.

A trajetória do curso de Pedagogia da UESPI mostra, desde suas origens, um traço generalista para atender a grande demanda de formação de professores, o que pode ter contribuído para tratar a Educação Infantil de forma mais geral, quando esta passou a integrar a educação básica. Essa lacuna sugere que ela é fruto do histórico de dicotomias que marca a trajetória do curso, o que reforça a necessidade de a UESPI debater o assunto nas reformulações futuras do currículo de Pedagogia.

O exposto até aqui, nos convida a romper com a histórica inferioridade do tratamento dado aos bebês e às crianças bem pequenas no currículo do curso de Pedagogia, tema para o qual a Sociologia da Infância muito tem contribuído nos debates. Além disso, é preciso proporcionar um curso que pautar a tríade cuidar x educar x brincar como tripé indissociável e princípio fundante da Educação Infantil.

Referências

BARBOSA, M. C. S. Creche: uma estranha no ninho educacional. **Dialogia**. São Paulo. (UNINOVE. Impresso), v.17, p 75-92, 2013.

BORGES, J. D. G. **Formação docente para educação infantil em interface às configurações curriculares nos cursos de pedagogia do rio grande do sul**. In: Encontro Textos e Contextos da Docência, 2019, Rio Grande. Anais encontro textos e contextos da docência, 2019. p. 390-400.

BRANDT, A. G; HOBOLD, M. de S. Mudanças e Continuidades dos Marcos Legais do Curso de Pedagogia no Brasil. **Revista Internacional de Educação Superior**. Campinas, SP, v. 5, n. 1, 2019, p. 129. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8652576>. Acesso em: 05 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 fev. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 07 ago. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 05 de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12579%3Aeducacaoinfantil%20Itemid=859. Acesso em: 07 ago. 2021.

GARCIA, M. M. A. Quimeras do curso de Pedagogia: a formação para a docência na educação infantil e nos anos iniciais. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista – BA, v. 15, n. 33, p. 91-117, jul./set. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SANTOS, M. O. dos. **O lugar dos bebês e de suas Infâncias nas Práticas Pedagógicas em instituições do Proinfância**. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/693/o/TR51.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2021.

SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago. 2005.

SIMÕES, Eleonora das Neves.; GARCIA, Maria Manuela Alves. A formação de professoras para a educação de zero a três anos nos cursos de Pedagogia das universidades públicas gaúchas. *In*: GARCIA, Maria Manuela Alves; OSÓRIO, Mara Rejane Vieira; FONSECA, Márcia Souza da. (org.). **Currículos e profissões docentes: licenciaturas em Pedagogia e Matemática em universidades públicas gaúchas**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2019, p. 90-111.

SOUSA, J. C. de. **História da formação de professores de educação física em regime especial na Universidade Estadual do Piauí: 1998-2006**. 2018. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo (USP), 2018.

SPOHR, A. **A diferença entre ensino e educação**. Gazeta Zero Hora, Porto Alegre, 17 out. de 2006. Disponível em: http://www.sersel.com.br/imprensa_releases_17.asp. Acesso em: 07 ago. 2021

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Teresina: EdUESPI, 2004.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Teresina: EdUESPI, 2009.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Teresina: EdUESPI, 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2017-2021**. Teresina: EdUESPI, 2017.

NOTAS

IDENTIFICAÇÃO DE AUTORIA

Maria Carmem Bezerra Lima. Doutorado em Educação. Curso de Pedagogia. Universidade Estadual do Piauí, Campus Prof. Barros Araújo, Picos, PI, Brasil.
E-mail: mariacarmem@pcs.uespi.br



 <https://orcid.org/0000-0002-4172-8618>

Adalgisa Moura Silva. Especialização em Psicopedagogia. Creche e Espaço Educacional Tia Kátia. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí. Picos, PI, Brasil.

E-mail: adalgisasilva123456@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9553-5854>

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista ENSIN@ UFMS – ISSN 2525-7056 o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY-NC-SA 4.0), que permite compartilhar e adaptar o trabalho, para fins não comerciais, reconhecendo a autoria do texto e publicação inicial neste periódico, desde que adotem a mesma licença, compartilhar igual.

EDITORES

Patricia Helena Mirandola Garcia, Eugenia Brunilda Opazo Uribe, Gerson dos Santos Farias.

HISTÓRICO

Recebido em: 24/11/2023 - Aprovado em: 14/12/2023 – Publicado em: 23/12/2023.

COMO CITAR

LIMA, M. C. B.; SILVA, A. M. A (In)visibilidade da Creche na Formação do Pedagogo - O Lugar da Criança de 0 a 3 anos no Currículo do Curso de Pedagogia. **Revista ENSIN@ UFMS**, Três Lagoas, v. 4, número especial, p. 29-49. 2023.